

**ATA N.º 0002/XIII/2022**

**Sessão Extraordinária de 18/03/2022**

Aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Período de Intervenção do Público;**

**2 – Período da Ordem do Dia;**

**2.1 - 1ª Revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano;**

**2.2 - Prorrogação do prazo de transferência das competências para o Município no domínio da ação social;**

**2.3 - Pedido de certidão da conformidade da intervenção com a estratégia da Área de Reabilitação Urbana para efeitos de benefícios fiscais - isenção de IMI nos termos do artigo 45º e 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais– Requerente Juliano Paulo César Camacho.**

**Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Cláudia Sofia Alves Dias Fera foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Daniel José Viegas Serpa
- Sabine Vivianne Büchel foi substituída por Maria João Júdice de Mendonça Batista Marques
- Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa, foi substituída pelo Secretário daquele Órgão, Pedro Aniceto
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pela Tesoureira daquele Órgão, Vera Beja Valente

**Verificação de ausências:**

- Após as substituições efetuadas não se verificaram ausências.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Para proceder à constituição da Mesa, em face da ausência de um dos seus membros, e em conformidade com o nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, designou a deputada municipal Ana Rita Condeço Neto para a composição da mesma.

**Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:**

Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Antes de dar início à ordem de trabalhos da presente sessão, congratulou-se pelo simbolismo, porque é sempre um prazer voltar a esta casa que é, realmente, a sala por excelência da democracia, neste caso, a sede da Assembleia Municipal do Concelho da Moita.

Em seguida, informou que a Mesa da Assembleia Municipal recebeu uma comunicação subscrita pelo deputado municipal Rui Proença e pelo deputado municipal Bruno Mendes, eleitos pelo Partido Chega, informando que se desvincularam definitivamente do Partido Chega e que passariam a adotar o estatuto de independentes.

Nessa senda, os agora deputados municipais independentes Rui Proença e Bruno Mendes, de acordo com o nº2 do artigo 23º do Regimento, informaram ainda a Mesa da Assembleia Municipal que, juntos, constituíram um grupo municipal que denominaram “Cidadãos Pela Moita”, pelo que, nesta Assembleia Municipal, passarão a ser designados pela sigla CPM (Cidadãos Pela Moita) no exercício do seu mandato.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não houve intervenção do público presente.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **1 - 1ª Revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano**

A proposta infra foi aprovada por maioria, em reunião da Câmara Municipal realizada em 09/03/2022:

«Em 2021, previa o artigo n.º 130 da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021, que "Após aprovação do Mapa “Fluxos de Caixa” pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.

Essa mesma norma, consta da Proposta de Lei n.º 116/XIV, que aprova o Orçamento do Estado para 2022, nomeadamente, no artigo 95.º, sucede, porem, que a Proposta de Lei n.º 116/XIV não foi aprovada na Assembleia da República.

Sendo que, à data de hoje, não existe Orçamento do Estado aprovado para o ano 2022, encontra-se em vigor o Orçamento de Estado aprovado para o ano 2021 nos termos do disposto no ponto 1, alínea a) do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Tendo em conta o ponto 3 da NCP 26 do SNC-AP (Contabilidade e Relato Orçamental), as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas.

Desta forma, o saldo transitado da gerência de 2021 é de 7.781.953,54€ (sete milhões, setecentos e oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos), sendo 6.345.871,81€ (seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e um euros e oitenta e um cêntimos) de execução orçamental e 1.436.081,73€ (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil e oitenta e um euros e setenta e três cêntimos) de operações de tesouraria, naquilo que é a parte não consignada.

No que respeita à parte consignada, o valor a integrar, ao abrigo do nº 6 do artigo 40.º da Lei N.º 73/2013, de 12 de setembro, é de 149.130,00€ (cento e quarenta e nove mil, cento e trinta euros).

Apurado o saldo de gerência de 2021 e aprovado também o Mapa "Fluxos de Caixa", nos termos referidos anteriormente, este pode ser utilizado resultando, daí, uma Revisão Orçamental conforme os pontos 8.3.1,3 e 8.3.1.4 do POCAL, ainda em vigor.

Desta forma, tendo em conta o exposto, propõe-se submeter para apreciação e aprovação da Câmara Municipal, com os documentos em anexo, o seguinte:

- Proposta de modificação orçamental – 1.ª Revisão Orçamental, para a integração do saldo da gerência do ano 2021 relativo à execução orçamental no montante de 6.495.001,81€.

Anexos:

- 1a Revisão Orçamento Despesa 2022
- 1a Revisão Orçamento Receita 2022
- 1a Revisão GOP 2022
- Mapa Fluxos de Caixa 2021
- Execução PPI 2021
- Execução Orçamental Receita 2021
- Execução Orçamental Despesa 2021
- Execução GOP 2021
- Compromissos transitados 2021”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi ao Presidente da Câmara que apresentasse a proposta da Câmara Municipal.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Tratando-se daquela que é a primeira revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano, disse que ficava aqui patente como é que a Câmara, neste caso, irá financiar o conjunto de propostas que consta nas Grandes Opções do Plano. Como disse, que não haveria nada de muito novo e que a Câmara sempre o haveria de fazer desta forma, ou com recursos próprios, ou recorrendo a apoio de candidaturas, ou através do recurso à banca para obter empréstimos, e é isso que aparece aqui nesta revisão. Ainda outras revisões virão, certamente, a ter um lugar, fruto de candidaturas às quais estão a concorrer neste momento, sejam elas das comunidades desfavorecidas, seja através do 1º Direito, visto que já foi aprovada a estratégia local de habitação, e é isso que constitui esta primeira revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano, mas para ajudar em mais alguns tópicos desta proposta de integração do saldo, passou a palavra à Vice-presidente Sara Silva.

### **Vice-presidente da Câmara, Sara Silva**

Efetuiu a apresentação da proposta em conformidade com a transcrição infra:

“As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental, ocorrendo a despesas inadiáveis não previsíveis, ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. Uma revisão orçamental acontece quando há um aumento significativo da dotação inicial.

O saldo transitado da gerência de 2021 é no valor de sete milhões setecentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta e três euros e cinquenta e quatro centimos, a parte não consignada, sendo seis milhões trezentos e quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e um euros e setenta e três centimos da execução orçamental e um milhão quatrocentos e trinta e seis mil e oitenta e um euros e setenta e três centimos referentes a operações de tesouraria.

No que se refere à parte consignada, o valor de cento e quarenta e nove mil cento e trinta euros é o resultado de uma candidatura submetida ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, no âmbito dos programas do bem-estar animal.

Apurado o saldo de gerência em 2021, e aprovado um mapa de fluxos de caixa na última reunião de Câmara, este valor que pode ser utilizado, resultando daí uma revisão ao orçamento.

A integração do saldo de gerência de 2021 permite, por um lado, reforçar as rubricas que estavam inicialmente subdotadas, por outro, dar resposta às propostas apresentadas de acordo com as necessidades de cada divisão.

Faço ao exposto proponho submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de modificação orçamental.”

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Disse que, sobre esta matéria, não tinha mais nada a acrescentar.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Começou por dizer que também se congratulava com o regresso a este Salão Nobre que, de facto, como o senhor Presidente da Assembleia referiu, é um dos locais da democracia e porque, desta vez, não foi preciso mostrar a identificação à porta para terem acesso à sala, algo com que também se congratula.

Relativamente à revisão, quis dar como uma primeira nota porque, de facto, e percebe a situação porque estão com um bocadinho de atraso na implementação das comissões permanentes, mas algumas das questões que aqui trazem, naturalmente, se as comissões já estivessem a funcionar, teriam sido atempadamente esclarecidas em sede de comissão, como pensa que é habitual e, se calhar, teriam sido melhor conhecidas. De qualquer maneira, não querem deixar de colocar aqui algumas dessas dúvidas que têm.

Uma das questões é relativa a encargos com receita, porque aparece um reforço de um milhão cento e trinta e nove mil oitocentos e noventa e nove euros, pelo que quis perguntar à Câmara Municipal, exatamente, para o que é que esta verba se destina. Sendo encargo com receitas, pensa que tem a ver com cobranças, mas uma verba tão avultada, de facto, causa-lhe alguma estranheza e daí colocar a questão para esclarecimento da Assembleia.

Um outro aspeto que também quis realçar, de facto, como um aspeto positivo, aliás, a CDU quer na reunião que teve aquando do orçamento para 2022 com a Câmara Municipal, quer também quando foi a discussão para aprovação do orçamento, chamou a atenção para esse aspeto, e é com agrado que agora veem aqui contemplada uma verba para as Férias Jovens, onde só estava mil euros e agora, de facto, tem uma verba que permite alcançar aquilo que é o desejo de ver o patrocínio de férias para jovens do concelho, jovens de tenra idade, e dar assim continuidade a um projeto de tão grande importância, daí quererem assinalar esse aspeto como positivo.

Quis também colocar uma outra questão, reservando-se para outros comentários em função das respostas que vierem a ser dadas, relativamente à questão das avenças, porque aparece um reforço de duzentos e trinta mil euros para pessoal em regime de tarefa ou avença, um reforço significativo, um reforço robusto, pelo que queria saber, exatamente, de que avenças é que se tratam e qual a bitola de pagamento destas avenças, se bem que as avenças são variáveis, uma vez que é uma verba tão significativa em cima de um valor de trezentos e tal mil euros que já lá estava.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que vinha colocar duas questões, sobre duas verbas muito específicas, a primeira em relação à construção do novo centro de saúde da Baixa da Banheira, e sabem que as obras não estão a andar, mas foram retiradas às verbas para este ano novecentos e quarenta e um mil cento e oitenta e sete euros, pelo que gostaria de perguntar o que é que isto significa em termos da execução da obra, porque mesmo que o concurso seja anulado é necessário criar novo concurso e andar para frente com a obra, para terminar aquela obra que muita falta faz a uma parte significativa da população do concelho, daí questionar, exatamente, o que é que significa, neste momento, retirar uma verba que quase chega a um milhão de euros àquela obra.

A outra questão é mais genérica, mas tem a ver com a cultura e com a promoção do concelho, porque com um saldo de gerência como viram aprovado, que é a prova de que a herança que foi deixada, afinal, tem muitos méritos, e é a prova que houve uma boa execução financeira e uma boa gestão financeira, por isso é que estão agora aqui a apreciar a entrada em orçamento de mais de seis milhões de euros e, no meio disto tudo, são agraciados com a notícia de que o município resolveu retirar uma parte do apoio a um evento que ocorre, regularmente, na Baixa de Banheira, o BB Blues Fest, que tem como uma das suas componentes principais as noites de blues. Acontecem cerca de dez noites por ano que trazem gente de todo o país e do estrangeiro, regularmente, ao concelho da Moita, e à Baixa da Banheira, em particular,

que criam um público que vem à Baixa da Banheira e que promove a Baixa da Banheira, promove o concelho da Moita.

Mesmo com um reforço destes, que será agora incorporado no orçamento municipal, ao que sabem, o município retirou três mil euros de apoio ao BB Blues Fest, o que significa que, para as dez noites, dá cerca de trezentos euros por noite, num festival que traz, regularmente, os melhores artistas do blues internacional, que são nomeados e vencedores de grammys, que vencem prémios de blues nos Estados Unidos, na Europa, e que vêm aqui à Baixa da Banheira, ao concelho da Moita, criar um público muito diverso, como disse há pouco, que vem de várias zonas do país, e que é uma das boas maneiras que têm de promover o concelho, dentro do país e além fronteiras, razão porque questiona por que motivo é que, com um orçamento como este, não têm espaço para três mil euros para financiar dez noites de blues no concelho da Moita.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Disse que queria fazer algumas considerações sobre a questão da incorporação do saldo que transitou do ano passado e, contrariamente, àquilo que o membro desta Assembleia João Figueiredo referiu, pensa que o montante que passou agora a ser incorporado não reflete, de forma nenhuma, a excelente gestão que o deputado, ou membro da Assembleia João Figueiredo, refere. Pensa que reflete, exatamente, o contrário. Uma incapaz gestão. Se o dinheiro existia, é sinal que não foi gasto. É sinal que o que estava previsto ser feito não foi feito. É sinal que os apoios que estavam previstos ser dados, não foram dados. Enfim, reflete sinais preocupantes relativamente à gestão anterior.

Existem depois outras situações, mais de pormenor, mas agrada-lhe saber que o único reparo que a oposição tem é, realmente, um corte, se é que se pode chamar assim, de trezentos euros por noite no tal festival. Pensa que é mais um *faits divers*, que não tem nada a ver com a manutenção do festival, que prosseguirá sem grandes problemas com os menos trezentos euros por noite, porque está convencido que, rapidamente, reúnem um grupo para ir lá e fazem essa compensação, pelo que convidou, desde já, os deputados da oposição a fazerem esse esforço porque, rapidamente, compensarão isso e não haverá, com certeza, nenhum problema no festival.

Sobre uma série de pequenas situações que queria referir, relativamente a alguns apoios, mas para não maçar muito vai ver se será necessário referi-las, ainda que acredite que será, com certeza, mais à frente, uma vez que, certamente, vão prosseguir a discussão desta primeira revisão do orçamento.

#### **Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

Disse que não podia deixar de tecer aqui algumas considerações, a primeira acerca daquilo que foi dito pelo deputado João Figueiredo a respeito da redução dessa verba dos blues. Naturalmente, não vai questionar se está bem, se está mal, porque isso não lhe diz respeito, mas o que gostava de ter visto antes também era a preocupação de todos e questionar como é que acham que sobreviveram as melhores coletividades deste concelho, quando lhes foi retirado 83% das verbas que eram atribuídas em função das transferências que vinham do governo para a cultura e desporto. Houve coletividades que se viram privadas de 83% daquilo que recebiam e ninguém se preocupou como é que elas sobreviveram. Não havia essa preocupação, no entanto, elas sobreviveram e estão cá, estão a trabalhar cada vez mais e melhor. Conseguiram sobreviver a isso e, felizmente, conseguiram ultrapassar, de cabeça erguida, essas adversidades com uma redução drástica de 83%, e tem provas do que afirmou.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar os esclarecimentos já solicitados.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Tal como, na altura em que fizeram as GOP e apresentaram o orçamento, disseram que o valor inscrito, e não era novidade, era claro para quem quisesse perceber, e acredita que alguns, em alguns momentos, tiveram mais dificuldade em compreender a mensagem e esta nova formulação de fazer o orçamento, mas explicaram e era, efetivamente, simples e agora estão a executar aquilo que disseram. O orçamento, na altura, foi construído com os mínimos necessários para a Câmara funcionar do início ao final do ano. Se não viesse mais nenhuma transferência, se não viesse mais verba nenhuma, o funcionamento corrente da autarquia estava garantido, daí as rubricas estarem sub orçamentadas, agora, com a integração do

saldo, o que fizeram foi reforçar as rubricas para, entre outras coisas, levarem a cabo as iniciativas que se comprometeram a fazer, e irão, efetivamente, fazer, nomeadamente, como foi dito logo na altura, as Férias Jovens.

Relativamente a outra questão colocada, muito pertinente, sobre uma matéria que tem suscitado, uma e outra vez, algumas questões, quis deixar claro que o que este executivo tem levado a cabo relativamente às prestações de serviços é uma coisa muito simples, não há nenhuma avença feita nesta autarquia sem que exista, da parte dos recursos humanos, um parecer prévio vinculativo que diga que, na autarquia, não existe ninguém disponível para executar aquela função, coisa que não acontecia no tempo em que a CDU estava à frente desta autarquia, e uma vez que para bom entendedor meia palavra basta, facilmente perceberão que estaria tudo, tudo, irregular.

Outra coisa que também quis dizer foi que findas as avenças de quem cá estava, se se verificar que continua a ser necessário uma prestação de serviço para aquela área, cumprem, integralmente, o código de contratação pública. É cumprido na íntegra. Nos prazos, nos valores, é cumprido na íntegra. Não atalham os valores, não saltam passos, não se disponibilizam a pagar sem ter o recibo passado, isso é que não fazer. Que fique claro que isso é o que não fazem, mas pode dizer que não foi isso que encontraram. Mais, um trabalhador que venha fazer uma função similar a outra, porque é uma necessidade urgente, premente, porque senão os serviços param, não recebe mais que outro que esteja a executar igual função. É fácil perceber. E quando os técnicos cessam uma avença e, por algum motivo, se opta por outra solução para executar uma solução similar, não igual, mas similar, não vem ganhar mais do que aquele que cá estava. Não vem ganhar mais do que aquele que cá estava.

A pessoa que, hoje em dia, é a advogada do município, não ganha mais que a advogada que estava cá antes, ganha menos, por isso se os choca, ou se alguma vez chocou, os valores que a advogada do município recebe, atualmente, quando recebe menos do que aquela que cá estava, pode dizer que, desde que cá está, já resolveu muitos problemas ao município e irá continuar a resolver. Situações que não se resolviam, que não tinham solução, e que agora vão passar a ter solução e, uma a uma, vão ser resolvidas. Não desistirão, não baixarão os braços, enquanto as mesmas não forem resolvidas. É esse o critério, a Câmara não pode parar e os serviços não podem parar, o que não foi acautelado por quem cá estava antes, porque as pessoas iam-se reformar e era necessário abrir os concursos com vagas suficientes para receber pessoas novas para colmatar as pessoas que os deixavam.

Têm uma lista enorme de necessidades de pessoal elencadas pelos serviços de contratação de pessoal, e abrir um concurso para contratação de pessoal demora seis meses, que é o normal na função pública, no mínimo, seis meses, e não pode parar um serviço por seis meses. Não pode parar a varredoura por seis meses, não pode fechar um serviço por seis meses, não pode parar e era isso que deveria ter sido deixado acautelado e não foi. E como querem fazer mais trabalho, muito mais trabalho, usarão os instrumentos que estiverem ao seu dispor para o realizar, é simples. Não há aqui nada escondido, não há cartas na manga, não há nada. Não há aqui nada escondido, é claro, clarinho.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado municipal João Figueiredo disse que, em primeiro lugar, gostava que o esclarecesse, ou que esclarecesse todos, em que moldes é que lhes colocou aqui a questão, se foi enquanto parte interessada ou se foi enquanto deputado municipal, porque há uma coisa que nunca fez neste local onde está sentado, ou no lugar onde o senhor está agora sentado, que foi falar em causa própria. Isso nunca fez nem fará.

Sobre o acordo que a Câmara Municipal tinha com a BB Blues Fest, disse que era um acordo muito interessante, em que a Câmara cedia o espaço, no caso, o Fórum Cultural José Manuel Figueiredo, com tudo, ou seja, eletricidade, água e funcionários, tanto no dia do espetáculo como nos ensaios, com todas as custas para o município, sem exceção. Asseguravam também as taxas da SPA e ainda davam um apoio financeiro que foi variando ao longo dos anos, que começou, em 2013, com dois mil oitocentos e setenta euros, e no ano de 2018, só para que tivessem uma ideia, foi doze mil euros, valor que se repetiu também em 2021, e antes da pandemia, quando a afluência dos espetáculos era normal, reportando-se a 2019, a receita de bilheteira foi treze mil setecentos e sessenta e três euros e cinquenta e um cêntimos, e esse valor reverteu, na íntegra, para a BB Blues Fest.

É importante apoiar a cultura, e que isso fique claro, mas se a Câmara dava o espaço, água e luz, antes e no dia do espetáculo, cedia os funcionários, pagava o SPA, dava apoio financeiro e ainda dava a receita da bilheteira, para isso, fazia a Câmara os espetáculos. Se for para isso, para trabalhar desta forma, a Câmara faz os espetáculos. Este e outros, não precisam de qualquer tipo de associação. Se for para trabalhar desta forma, fazem diretamente, escolhem os artistas e escolhem os moldes, porque há aqui uma coisa que também não está contabilizada, que é o apoio do GIRP, na comunicação e nas artes

gráficas, que nem sequer é contabilizado, e ainda lhes vão chegando faturas para pagar de gráficas, seiscentos daqui para uma lona, fora o resto, e nem sequer tem informação nesse quadro, por isso questionou o que é que queriam que pagasse e até onde.

Para que fique claro, na reunião, a Câmara disse que iria continuar a apoiar. A Câmara disse que iria continuar a apoiar, se calhar, não aquelas noites todas. Iria continuar a apoiar, se calhar, não naquela dimensão. Agora, porque queriam tudo e, como não têm tudo, preferiram não fazer nada, e essa é uma responsabilidade que não é da autarquia, é dos órgãos da Associação. Enquanto estiver à frente da autarquia, não se mete na vida e na gestão do movimento associativo. Quem faz as opções do movimento associativo e das associações são os seus órgãos, por isso, pediu que não utilizassem as associações para fazer política. É só o que pede. E sabem bem que, quando estão sentados neste lugar, não devem vestir o casaco de outro lugar.

Para falar ainda de outras questões relacionadas com a revisão do orçamento, passou a palavra à Vice-presidente Sara Silva, e apelando à compreensão da Mesa, passou também a palavra ao vereador António Carlos Pereira para falar de alguns detalhes que sejam necessários dar e clarificar, por questões de pormenor, sobre o BB Blues Fest.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Respondendo ao deputado João Faim, quanto à rubrica de encargos com receita, e só para esclarecer, porque isto não tem muito a explicar, disse que com este valor tentaram reforçar ainda mais a rubrica de encargos de cobrança de receitas para efeitos de cobrança, por exemplo, para pagamento à autoridade tributária para lhes cobrar o IMI, o Imposto Único de Circulação, porque havendo uma folga na aplicação do saldo que tinham de gerência, resolveram, por precaução, reforçar esta rubrica.

Quanto à afirmação proferida pelo deputado João Figueiredo de que “a herança deixada significa mérito”, disse que não sabe se significa mérito, porque aquilo que se poupou foi aquilo que não se investiu, portanto, nesse aspeto, não sabe se significa muito mérito. O que sabe é que fazendo uma comparação daquilo que foi a receita do ano de 2020 para o ano de 2021, houve um aumento de sete milhões de euros na receita, muito por culpa das transferências da administração central para o município, portanto, não sabe se aí o mérito se aplica da mesma forma. O que também é certo é que este saldo de gerência que resulta do ano anterior significa, no seu entender, que também não se aproveitou ao máximo a receita disponível, portanto, não houve investimento que poderia ter sido feito.

Por exemplo, no caso da promoção do turismo, não houve investimento no turismo, têm uma previsão de despesa para 2021 de vinte mil, este ano reforçaram para trinta mil, na contratação do pessoal têm uma previsão de custo de cento e vinte e nove mil no orçamento de 2021, reforçaram para cento e quarenta mil, na conservação de edifícios municipais tinham uma dotação em 2021 de duzentos e setenta mil, reforçaram para um milhão cento e vinte e cinco mil, na modernização dos serviços municipais, que tiveram também a preocupação de reforçar para noventa e cinco mil, enquanto que, no orçamento de 2021, tinham vinte mil euros. Tudo isto são exemplos de que, realmente, não houve um investimento naquilo que, supostamente, poderia ter sido aproveitado do saldo que tinham, dessa folga que tinham, e para dar mais um exemplo, disse que na remodelação das redes de abastecimento de água tinham uma dotação de cento e setenta e nove mil em 2021 e reforçaram para chegar aos trezentos e vinte e seis mil como previsão. E, mais um, só para terminar, a reabilitação dos fogos de habitação social em 2021 não tinha nada, e criaram um milhão para este ano.

#### **Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira**

Disse que foi com surpresa que recebeu, nestes últimos dias, a informação sobre esta tomada de posição, que é legítima, da Associação Blues de Portugal, até porque esteve com dois dirigentes na quarta-feira, falaram relativamente àquilo que seria a proposta a vir à reunião de Câmara, sobre aquilo que também estaria a ser acordado, aquilo que foi negociado e aquilo que foi proposto, portanto, foi com surpresa, tendo estado com estes dois dirigentes desta associação, que recebeu esta informação de que lhe vão pôr fim, e continua a dizer que é legítimo, é uma associação, portanto, são decisões que se respeitam e que dizem somente respeito à associação. Mas, tendo em conta as partes que estão envolvidas nesta negociação, e uma vez que estavam, naquele dia, a propor trazer a reunião de Câmara aquilo que está negociado, aquilo que está contratualizado, relativamente aos apoios e à participação do município, foi com surpresa que percebeu que as coisas deram aqui uma volta e que nem lhes foi comunicado.

Um parceiro, porque têm um acordo tripartido, que não lhes comunicou a sua posição, e é com desagrado que apresenta esta posição da associação, até porque, de alguma maneira, pode comprometer aquilo que até está negociado e que foi falado com esta associação, em que, efetivamente, a proposta da Câmara era reduzir os apoios da comparticipação financeira, num acerto e numa avaliação que é feita. Uma avaliação que é feita, porque no dia 26 de setembro ganharam estas eleições, portanto, votaram neles e deram-lhes legitimidade para fazer uma melhor avaliação sobre os projetos, sobre os programas, sobre as atividades, e é esse o seu compromisso. Têm que avaliar muito bem, e não sabe se para o senhor deputado três mil euros não é dinheiro, mas para si é dinheiro. Para si é dinheiro, porque estes três mil euros podem estar alocados a outros fins. E quando falam em trezentos euros por Blues Night, como já foi referido pelo senhor Presidente, efetivamente, não são trezentos euros por cada Blues Night, estão a falar de muitos euros que estão aqui, seja com o aluguer do espaço, com as equipas que estão alocadas, com os ensaios, com os licenciamentos dos espetáculos, portanto, estão a falar de custos indiretos que ultrapassam três vezes aquilo que são os custos diretos e aquilo que é a comparticipação.

E é curioso que este município, que tem com esta associação, há vários anos, um acordo tripartido entre a associação, o município e a união das freguesias, acordo esse que tem diferenciação relativamente àquilo que são as comparticipações, como é natural, mas são completamente distintas, porque perceberam, por exemplo, e corretamente, que a união das freguesias quando contabiliza a sua comparticipação financeira, coloca o apoio financeiro que é dado à associação e coloca aquilo que são os custos indiretos, como montagens de palco, refeições, e muito bem, aparece um valor. No município da Moita, são anos e anos e anos em que nunca foram contabilizados para este acordo os custos indiretos, custos indiretos esses que ultrapassam três vezes os custos diretos das comparticipações financeiras.

Para terminar, e para que ficasse claro para todos, disse que a proposta da Câmara relativamente ao acordo com esta associação, seria baixar a sua comparticipação financeira de onze mil euros para oito mil euros, uma redução de três mil euros como valor de protocolo, com duas Blues Nights, o ano passado houve várias Blues Nights.

Aqui, também importa ter em atenção aquilo que é a componente técnica da divisão de cultura do município, que faz a avaliação técnica, e não é porque quer, ou porque um vereador quer ou não quer, é porque têm em atenção aquilo que é a componente técnica, e a componente técnica foi os alertando que este programa, esta proposta de dez Blues Nights, reteria muito daquilo que é a programação do Fórum Cultural José Manuel Figueiredo, e o Fórum Cultural é, exatamente isso, é um fórum, não é um fórum para blues, é um fórum para blues e mais outras atividades, sejam elas dança, música, cinema, teatro, etc.

Como disse, foi com surpresa que percebeu, da parte da associação, que está comprometida relativamente às duas Blues Nights, porque a negociação ia, exatamente, nesse sentido das duas Blues Nights do festival. E o que foi sempre falado com esta associação é que queriam que fosse o melhor festival de sempre, até porque este festival e esta associação de cariz nacional, é comparticipada a 100% pelo município da Moita e pela união das freguesias e, quando não foi comparticipada a 100% e teve um défice de seis mil euros queriam que o município da Moita assumisse os seis mil euros. E o que é um facto, é que, relativamente à utilização do auditório, têm um apoio indireto de quinze mil euros, para pagamento de direitos de autor, mil duzentos e trinta e dois euros, bilheteira que não é recebida, treze mil euros, daí que ache que estão a querer, ainda muito, que o festival seja uma marca e foi sempre essa a informação da Câmara para a associação, uma marca que querem que se mantenha. Equaciona seriamente se devem manter este protocolo, mas acha que devem fazer uma melhor avaliação dessa posição, porque quando estão numa posição de poder desta forma, oferecer, promover, atividades em conjunto, com mais recursos, com as atividades económicas deste município, têm que equacionar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Passou a palavra aos deputados municipais entretanto inscritos.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Começando, exatamente, por esta questão que é colocada e aquilo a que assistiram aqui nesta Assembleia, não pela explicação que foi dada pela Câmara Municipal, nomeadamente, sobre a questão do blues, que pensa que é a explicação que querem dar, mas pela tentativa de coartar a opinião de qualquer membro desta Assembleia. Qualquer membro desta Assembleia não é só membro da Assembleia, além disso, é cidadão, e muitos dos que aqui estão são membros de associações, clubes desportivos, comissões de moradores e, naturalmente, como eleitos nesta Assembleia, têm que colocar,



exatamente, as questões dos sítios onde pertencem e que melhor conhecem, agora criticar alguém que faz parte de uma associação por colocar uma questão, talvez por ser da bancada da CDU, é inaceitável, em democracia, coartar a opinião dessa maneira. Com certeza, fizeram isso inadvertidamente, nem pensaram a crítica que expressaram relativamente a essa matéria, porque não acredita que queiram cortar a palavra a alguém aqui nesta Assembleia, portanto, gostava que se retratassem por essa crítica que aqui fizeram.

Relativamente à questão das avenças, o senhor Presidente Carlos Albino, não respondeu à pergunta que lhe fez. Não falou em advogada nenhuma, foi o senhor Presidente que falou. Não perguntou nada da advogada. A sua pergunta foi, sendo mais duzentos e trinta mil euros, para que avença se trata, e não respondeu a essa pergunta, porque contratar pessoal para a recolha dos resíduos, naturalmente, faz falta, mas também afirmou que ninguém vai ganhar mais do que os que já cá estão, e o senhor Presidente deve saber que muitos dos concursos ficam desertos e não conseguem ser totalmente preenchidos, quando a tabela de pagamento das pessoas que já cá estão é pela base da carreira, e pura e simplesmente, a oferta do mercado de trabalho noutros locais, especialmente, quando se trata de trabalhos muito duros é mais atrativa, não compensa devidamente as pessoas e esses concursos ficam desertos. E porque deduz que esses duzentos e trinta mil euros não serão, certamente, para contratar um batalhão de cantoneiros de limpeza para a recolha do lixo, voltou a perguntar do que é que se tratam estas avenças de mais duzentos e trinta mil euros, na medida em que já cá estava uma verba cabimentada inicialmente, e que o senhor Presidente referiu que assegurava o funcionamento mínimo da autarquia, portanto, a pergunta é legítima, e porque não tiveram oportunidade de a colocar anteriormente em sede de comissão, colocam aqui para que possa esclarecer de que avenças se trata, exatamente, porque diz que não há nada escondido, e acredita perfeitamente, daí acreditar que a resposta clara venha aqui a esta Assembleia.

Relativamente à questão que lhe foi colocada pela Vice-presidente Sara Silva, pediu desculpa, mas disse que também a sua resposta não o convence nada porque, certamente, está cabimentada uma verba relativamente aos encargos de cobrança, por exemplo, com as aplicações de cobrança das águas, uma app, até para facilitar as leituras e as cobranças, e essa verba está cabimentada, mas não é disso que se trata este milhão cento e trinta e nove mil euros, e aquilo que aqui referiu foi que é para pagar à autoridade tributária por os ajudarem a cobrar o IMI e o Imposto Único de Circulação, então o Estado está a pagar a essas pessoas, a esses organismos, para não fazerem o seu trabalho e a Câmara depois vai pagar um milhão e tal de euros a essas entidades. Pediu desculpa, mas não se convence com essa resposta, portanto, gostava que especificasse melhor, e está a clarificar, exatamente, a pergunta, o teor da pergunta que está a fazer para que lhe possa explicar, de forma inteligente, para que é que serve este milhão cento e trinta e nove mil euros, porque essa resposta não o convence. Com todo o respeito, essa resposta não o convence.

Quis também lembrar um outro aspeto, que é a questão do saldo que vai ser incorporado nesta revisão orçamental de, sensivelmente, seis milhões e meio euros, porque já aqui falaram em má gestão e noutras coisas, mas também já falaram que a autarquia era mal governada, que estava sem dinheiro, estava falida, o que é uma redonda mentira quando se tem um saldo de seis milhões e meio de euros a incorporar e uma carteira de obras cabimentadas como aquela que está em curso. O que acontece é que este saldo de seis milhões e meio de euros, e também não foi aqui dito, mas vai dizer, vem na sequência dos orçamentos de 2020 e 2021, que foram os dois maiores orçamentos de sempre que esta autarquia teve. E aqui o mérito, há que o dar a quem o tem, porque conseguiu captar para o município da Moita os fundos, o investimento e as candidaturas necessárias para que esses dois orçamentos, o de 2020, integralmente do mandato da CDU, e o de 2021, até outubro do mandato da CDU, fossem os dois maiores orçamentos de sempre e que permitissem um saldo desta natureza, que o executivo tem a responsabilidade de governar, com o mandato e com a legitimidade popular, mas tem um grande desafio, porque tem que fazer igual, ou até melhor, do que aquilo que já foi feito.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Interveio para pedir que alguns apartes pudessem ser evitados, porque liberdade de expressão têm todos, e se algum membro da Câmara fez uma crítica, também eles foram criticados, e é para isso que serve a democracia.

Em seguida, deu a palavra aos deputados municipais inscritos.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Reforçou aquilo que o seu camarada João Faim estava agora mesmo a dizer, porque ninguém referiu nomes de ninguém, o que disseram foi que os membros desta Assembleia Municipal, tal como, eventualmente, alguns dos membros do executivo, têm a sua vida pública, a sua vida social, poderão fazer parte de outras associações e, naturalmente, quando estão nesta vida política, também trazem algumas questões que têm interesse para a atividade municipal para aqui, portanto, isto é natural. Se falarem de uma atividade profissional, já diria que é outra coisa, fazem essa diferença. Numa atividade social, onde não estão a ganhar na atividade social, pelo menos, o próprio não está, e essa insinuação que pagava aos membros da associação, é algo de quem não conhece, naturalmente, o movimento associativo, porque no movimento associativo, as pessoas que estão lá, dão o seu tempo, dão o seu esforço, para atividades de interesse comum.

Sobre o protocolo, que não é com a BB Blues Fest, é com a Associação de Blues de Portugal, como bem disse o senhor vereador, foi feito um conjunto de afirmações que nem sabe como descrever, porque se falou de um conjunto de receitas que o festival tem, e omitiu-se outras, e nomeou-se aquelas em que o município participa através do protocolo, através das receitas de bilheteira, mas não se falou de despesas, como, por exemplo, pagar a um artista que se desloca dos Estados Unidos para vir ao festival, porque onze mil euros, que é o protocolo com a Câmara até agora, fizeram trazer vários artistas nomeados e vencedores de grammys ao concelho da Moita, daí que pedisse que lhe dissessem quem é que conseguia fazer isso dentro de um festival que não traz só esses, traz muito mais. Esse é que é o valor deste festival. Há um esforço coletivo que, até agora foi tripartido, e pelo que ouviu do senhor vereador, a intenção é continuar a ser tripartido, entre a associação, a Câmara Municipal e a união de freguesias, em que existem uma série de despesas e o festival, naturalmente, tem que ter receitas para as cobrir.

E o que aqui foi feito, além da tentativa de condicionar um membro desta Assembleia a falar de uma associação da qual faz parte graciosamente, aliás, como todos fazem parte e não recebem, muitas vezes pagam para fazer o festival, essa é que é a grande diferença, foi uma tentativa de ameaçar ao dizer “bom vamos pensar se, afinal, vamos fazer o acordo ou não”. Isto é uma ameaça. Isto constitui uma ameaça. Não sabe o que é que vai acontecer, felizmente, não é o próprio que está a fazer estas negociações, é um membro muito insignificante daquela associação, ajuda aquela associação e ajuda em algumas tarefas, mas não se quis alongar sobre isso.

**NOTA:** Neste momento, alguns eleitos do Grupo Municipal do PS, sem recurso a microfone, interromperam a intervenção supra.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Interveio para pedir que não interrompessem, nem entrassem em diálogos, nem comentários, e pediu para fazer o favor de terminar a sua intervenção.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Mais uma vez, lembrou que houve mais uma questão que não foi respondida, e é comum colocar uma questão, duas, três ou quatro, aquelas que entender que deve colocar, é esse o seu papel, foi para isso que foi eleito, que todos foram eleitos, e enquanto eleitos têm legitimidade para o fazer, tal como o município tem para fazer a avaliação do que quer apoiar e do que não quer, e ninguém põe em causa a legitimidade do município, porque o município tem legitimidade para aquilo que entender, dentro das suas competências. Ninguém mete isso em causa e porque também tem legitimidade para colocar questões, voltou a perguntar qual foi a razão da retirada daquela verba para as obras do centro de saúde da Baixa da Banheira.

### **Secretário da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Pedro Aniceto**

Disse que não podia deixar de fazer algumas observações em relação àquilo que tem aqui observado, porque foi, caso não saibam, uma das pessoas da vereação de dois mandatos anteriores, em regime de substituição, em que participou ativamente em muitas reuniões de Câmara, e ao ouvir falar em coartar a opinião, ameaçar, etc., tem que sorrir, porque passou muitos anos a ouvir expressões como “nós é que ganhamos as eleições”, “nós é que sabemos como é que fazemos”, apartes violentos, alguns, não para si, insultuosos.

Quis só recordar que todos gostariam de ter festas, eventos e marcas com orçamentos ilimitados, coisa que esta casa não tem, e alguns dos erros foram recebidos com ironias e com um “cá estaremos para ver”. Para dar um exemplo, disse que teve a possibilidade de participar na votação da entrega à empresa da obra do centro de saúde, e lembra-se de ter feito uma longa exposição sobre se alguém entregaria a uma empresa em dificuldades, já na altura em dificuldades, uma obra daquele tamanho, e aquilo que ouviu foi “nós cá estaremos para ver” e, infelizmente, estão cá para ver.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Disse que queria referir que esta campanha de vitimização por parte da CDU, que se verifica desde a primeira assembleia, ou melhor, desde a segunda assembleia, para ser mais rigoroso, é uma campanha difícil de entender, em que a CDU faz questão de se mostrar como vitimizada perante os ataques ferozes que são feitos e todas essas coisas.

**NOTA:** Neste momento, alguns eleitos do Grupo Municipal da CDU, sem recurso a microfone, interromperam a intervenção supra.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Intervio para pedir ordem na sala, porque estava um deputado a falar e que depois, se quiserem, pedem a palavra e respondem. Em seguida, deu indicação para que continuasse a intervenção.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Quis dizer que concorda, ainda que pareça estranho, mas não é, quando o deputado João Faim e o deputado, ou o membro da Assembleia, João Figueiredo, referem que têm todo o direito de fazer as observações que quiserem, independentemente, de fazerem parte das associações ou não, porque isso é perfeitamente normal, o que é estranho é que é percam aqui uma série de tempo a falar desse festival que se realiza na Baixa da Banheira e não pensarem no resto, no tal movimento associativo, que é muito acarinhado, aparentemente, pelos deputados da CDU, e não quer qualificar, mas é evidente que a hipocrisia é evidente.

Desde 2019 até 2021, e tal como o deputado João Soeiro referiu, o apoio ao movimento associativo e aos clubes passou de cento e quarenta e dois mil euros para oitenta e oito mil euros, que é uma redução de mais de cinquenta mil euros, e é evidente que, num panorama destes, ocuparem uma grande parte desta sessão preocupadíssimos com os três mil euros a menos para o festival BB Blues Fest, não fica bem, com certeza, tendo em consideração as ligações, e aqui sim, elas têm que ser mencionadas, não fica bem essa ocupação enorme de tempo fazendo referência a esse tal festival. A Câmara já disse o que tinha a dizer, já se disponibilizou da forma que todos verificaram, portanto, é uma questão de aguardar, e as atitudes que a associação toma, que para si, com toda a franqueza, não são estranhas, e não vai andar aqui em rodeios porque percebe como é que funcionam as associações e estas ligações. E, algumas dessas associações, funcionam como espadas ativas e prontas para entrar em ação, portanto, têm outras intenções, sempre tiveram, e é preciso não ter medo das palavras. Conhece o funcionamento há muitos anos, não é de agora, sabe quais são as intenções e sabe, quando as pessoas se metem em determinadas associações, o que é que pretendem. E baixando o tom, mas para ficar bem vincado, reiterou que as intenções são claras e sempre foram, não é de agora, é de há muito tempo e é a atuação normal. Só quem não conhece é que estranha.

**NOTA:** Neste momento, alguns eleitos do Grupo Municipal da CDU, sem recurso a microfone, interromperam a intervenção supra.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Intervio para dizer que têm o direito de falar, e que falarão quando for a sua altura, mas para deixarem falar quem está a intervir. Em seguida, deu indicação para que continuasse a intervenção.

### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Disse que se tratava da estratégia habitual, a tal campanha de vitimização, provavelmente, deve ser por causa da transmissão em direto e é preciso darem esta imagem de que, enfim, os machucaram muito e que lhes dão muita porrada. Aliás, já propôs à Câmara comprar um bom pacote de banha, daquela banha que se usava antigamente para pôr nas feridas, porque, realmente, qualquer dia, é preciso chamar para aqui os bombeiros e trazer uns estojos de primeiros. Sabe que a verdade custa, mas é assim, e é preciso pôr em causa algumas posturas.

Sobre a questão do orçamento, disse que ficava para mais daqui a pouco, porque lhe parecia que estava a agastar algumas pessoas.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Antes de dar a palavra aos deputados municipais inscritos pediu que se cingissem ao tema do orçamento e que não levassem a noite a discutir o festival BB Blues Fest, uma vez que acha que está perfeitamente esclarecido.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que, realmente, não são todos iguais, e as intenções de alguns são aquelas que são, as de outros não são.

Tendo em conta algumas afirmações que aqui foram feitas acerca de uma redução de receita para as coletividades nos últimos anos, e porque não têm esses dados, têm uma outra informação bastante diferente, requereu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a compilação desses dados todos e que os entregasse, através dos meios que tem ao seu alcance, aos membros da Assembleia para que todos possam comprovar se são menos 83%, se são 83%, ou se é outra coisa qualquer.

### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

Apenas queria lamentar, sinceramente, o que se passa nesta Assembleia, com o levantamento das vozes, o protestar, porque pensa que numa assembleia municipal, e já cá esteve há muitos anos e era muito diferente, têm que se respeitar uns aos outros, mas isto também acontecia na Assembleia de Freguesia da Baixa da Banheira, porque os membros da CDU, geralmente, são assim, não deixam falar, não ouvem, tal como agora, que já estavam a fazer barulho novamente. Há uma coisa da qual têm que se mentalizar, como o próprio já se mentalizou, que foi o PS que ganhou as eleições e têm que respeitar quem ganhou as eleições. Têm que respeitar o povo que elegeu o PS porque foi o PS que ganhou as eleições.

E, quando dizem que a CDU deixou seis milhões de saldo, com certeza, que deixou, porque não houve investimento. Uma autarquia tem que investir, não é ir juntando dinheiro. A CDU gostava muito de juntar o dinheirinho, mas os seis milhões pecaram precisamente por isso, por não ter havido investimento no concelho. Fala-se sempre no centro de saúde, vem sempre a questão do centro de saúde, mas uma vez que alguém da CDU dizia que o PS votou dezoito vezes, outro alguém da CDU dizia que o PS votou catorze vezes, e houve alguém da CDU que também disse que o PS votou vinte e oito vezes, acha que está na altura de se organizarem e, de facto, chegarem a uma conclusão.

### **Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

Não podia deixar de dizer que isto já o faz lembrar um pouco o estacionamento que tinham aqui atrás da Câmara, que servia dez dias as pessoas que vivem aqui um ano inteiro e que têm que se deslocar a este espaço. Servia dez dias, quando era aberto pela festa, hoje, serve quem aqui vive e tem que estacionar todo o ano. E se dez dias de blues, tema que foi encerrado e apenas para fazer uma referência, valem o que valem, perguntou quanto é que valem trezentos e sessenta e cinco dias, com dezenas e centenas de crianças diariamente, depois de um dia de trabalho e, se fosse apoiado da forma devida, quanto é que a autarquia gastava. No entanto, quando chega a hora do apoio, tem sido uma pequenina parte, e quem dera às grandes coletividades deste concelho receberem aquilo que agora vai ser reduzido para os blues, três mil euros por ano, quem dera às coletividades. E, para quem tem reclamado uma espécie de *fair play* político, o exemplo não está a ser o melhor, era bom que fosse, mas não está a ser o melhor, e o *fair play* é muito bonito, mas é para cumprir por todos, senão, como alguém disse, em tempos, o *fair play* é uma treta,

## **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar os esclarecimentos solicitados.

## **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Relativamente a uma das questões colocadas disse que, às vezes, fica surpreendido como é que uma cabeça pode ter tantos chapéus ao mesmo tempo, e não o levem a mal, mas é o BB Blues Fest, é a Amarsul, é a S.energia e tantas outras situações que, às vezes, quando estão deste lado têm dificuldade em perceber em que nome é que estão a falar, porque quando se fala dos problemas de algumas das entidades aos quais poderiam ser dadas aqui respostas, fecham-se em copas e nada dizem, mas quando é de coisas que lhes interessam, vá se lá saber porquê, são os primeiros a queixarem-se. Certamente, conhece a forma de estar e que não se pode votar em causa própria. Não se pode votar em causa própria, não se pode defender em causa própria, o próprio, aqui, não se pode defender em causa própria, e isso devia ser claro para todos e, se ainda não é, é importante que passe a ser. É muito, muito, muito importante que passe a ser. Percebe, mas poderá sempre pedir a um colega que defenda aquilo que serão os seus interesses e assim não dará tanto nas vistas.

No que diz respeito a esta revisão do orçamento, o mais importante perceberem é que esta revisão é um instrumento. As verbas que estão lá são verbas que estão para ser utilizados e, se têm este saldo de gerência neste montante, deve-se a duas ordens de razão, primeiro, pelo que o Primeiro-ministro António Costa disse, e cumpriu, que, em 2017, iriam começar a lei das finanças locais, o que se refletiu numa maior transferência para os municípios de verba, e é isso que aqui verificaram, ou seja, verificaram num saldo desta magnitude, uma de duas dimensões, ou porque os municípios começaram a ter mais verba pela transferência do Estado e começaram a ter participação no IVA, ou porque não executaram a verba prevista, ou porque deixaram cair candidaturas, ou porque deixaram coisas por fazer. É por isso que anda pelas instalações municipais e vê o estado em que estão, vê o estado das estações elevatórias, vê que não têm uma plataforma elevatória para fazer a poda das árvores e têm que alugar ao dia, têm que fazer o aluguer ao dia. Precisam de mais carros do lixo, precisam ter um camião que lave os caixotes do lixo, por dentro e por fora, e é desses investimentos que estão aqui a falar. É para isto que este dinheiro vai servir.

E quando se fala das avenças e do valor disponível para avenças, é um valor que é disponível, não terá que ser todo executado, mas se for preciso, irá ser mobilizado, e ainda falta muito tempo até ao final do ano, pelo que, se o orçamento tiver que ser corrigido até ao final do ano, será corrigido em função das necessidades que daí advierem, tendo em conta, sempre, as surpresas que vão encontrando ao longo do caminho e que a CDU lhes deixou, que são muitas. São muitas. E sorriem, porque sabem o que fizeram. Estão a sorrir porque sabem o que fizeram e o que lhes deixaram, mas não faz mal, porque é mesmo com um sorriso, com vontade e com espírito de missão que encaram os desafios que lhes deixaram. É com o mesmo querer, a mesma vontade de trabalhar que estão aqui, apesar daquilo que lhes deixaram. Apesar daquilo que lhes deixaram. E irão ver, passo a passo, porque serão tornadas públicas quando for pertinente, as situações que lhes deixaram, e para que fique claro, quanto àquelas que já tornou públicas e de que tanto se queixaram e tanto falaram, reiterou aquilo que disse numa Assembleia Municipal, que nenhum dos deputados pediu para ir consultar os processos porque sabem o que é que lhes deixaram. Sabem aquilo que lhes deixaram e por isso não precisam de ver.

Em relação ao centro de saúde, disse que tomara como missão algo que há muito tempo os socialistas desejavam, que era a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira, e que muito trabalharam para que isso pudesse acontecer, porque se fosse só a andar a desfilas pela rua com palavras lançadas ao vento, pode dizer que ainda não estaria em curso a construção do centro de saúde. Foi necessária a vontade, o querer, a mobilização de muita boa gente para que isto fosse possível, e ainda bem que se tornou possível. A Câmara sempre tomou este processo a contragosto, porque achou que não deveria ter a responsabilidade de fazer a condução dos trabalhos, e foi de tal forma a contragosto que agora têm a situação que têm, porque já poderia ter sido decidido, em junho do ano passado, mandar o concurso abaixo e lançar novo concurso, mas foi necessário o Partido Socialista ganhar e, quando nada lhes foi passado, estar a trabalhar para que isto possa ser levado em diante o mais rapidamente possível. Mas, enquanto estão nesta situação, precisam de se preocupar com o valor que veem em falta, porque é uma operação contabilística. O centro de saúde é e continuará a ser uma prioridade. É uma prioridade para esta Câmara, é uma prioridade para o Partido Socialista e acima de tudo, é uma prioridade para os cidadãos da Baixa da Banheira e do concelho da Moita. É por isso que é uma prioridade. É e continuará a ser. E continuam a trabalhar até que esta obra seja concretizada.

Em seguida, e para dar algumas notas relativamente às questões do orçamento. Disse que ia passar a palavra à Vice-presidente Sara Silva.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Concretamente, ainda em relação aos encargos de cobrança de receitas, disse que tendo em conta as dívidas que existem na cobrança da água, na cobrança do IMI, e outras, tendo em conta a conjuntura em que estão, não lhe parece descabido aparecer aqui este saldo, ainda mais porque ele foi aqui aplicado porque havia uma folga na aplicação dos saldos de gerência que, conjuntamente, com a retificação do saldo do centro de saúde, foi colocado nesta rubrica, porque acharam por bem colocar. Podiam ter colocado noutra rubrica, mas aquilo que sobrou do saldo do centro de saúde, juntamente com esta folga, foi aplicado aqui por precaução, dada a conjuntura que estão a viver e dada o aumento das dívidas, portanto, faz sentido e não lhe parece que seja totalmente descabida esta a explicação. Pode não concordar, mas, realmente, é a única coisa que lhe cabe dizer, é a realidade e foi por isso que foi considerado neste aspeto.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Antes de dar a palavra ao deputado municipal João Figueiredo, perante o pedido a defesa da honra que manifestado, informou que estavam encerradas as inscrições para intervenção, excetuando algum pedido de defesa da honra por algo que possa vir a ser dito.

#### **Defesa da Honra proferida pelo Deputado Municipal João Figueiredo do GMCDU**

“Espero que não, porque nunca venho aqui com a intenção de ofender a honra de ninguém. Normalmente, tenho que vir aqui para defender a minha honra, e esse é que é o problema. E, mais uma vez, cá venho porque o senhor Presidente exalta-se e depois passa dos limites, e usar a minha atividade profissional como um ataque político, é algo que não é admissível, porque a minha atividade profissional é isso, simplesmente, é a minha atividade profissional, a minha atividade social é outra coisa. E essa, eu posso trazer aqui à vontade, como qualquer um, e trazem, e sem problema nenhum discutimos, porque tem a ver com o interesse geral do município. A atividade profissional é minha.

Portanto, agradeço que o Senhor Presidente não me tente, de algum modo, coagir a não responder ou a não colocar questões, e já deve ficar habituado que eu não me vou sentir coagido de modo a não responder a nada que ache que deva responder, ou não colocar questões que acho que devo colocar, porque é esse o meu papel, é para isso é que fui eleito, tal como o senhor Presidente foi eleito para ser Presidente da Câmara, para tomar opções. Eu, estou aqui como membro da Assembleia Municipal para colocar as questões que acho que devo colocar e para ouvir as explicações que o município acha que deve dar.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do Independente Rui Proença, um do Independente Bruno Mendes; doze abstenções, sendo dez da CDU, uma do PSD, uma do CDS.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto da CDU proferida pela Deputada Municipal Fernanda Gaspar**

“O trabalho da CDU, ao longo dos seus mandatos, pautou-se por uma gestão autárquica rigorosa, pelo cumprimento da legalidade, e soube construir, em todos os momentos. soluções para o desenvolvimento do concelho da Moita.

Do caminho construído, desde os tempos em que faltava, quase tudo, até aos elevados parâmetros de qualidade de vida que foram atingidos no concelho, a partir de trabalho árduo e da luta de muitos homens e mulheres, em parceria com as forças vivas, trabalhadores, comissões de moradores, comissões de utentes, coletividades, IPSS's, empresas, e todos aqueles que, ao longo destas décadas, para ele contribuíram.

A CDU orgulha-se do trabalho realizado, bem como do legado de obras, ações e projetos de que o concelho da Moita atualmente beneficia.

Prova disso são, nomeadamente, a fixação de investimento privado no concelho, o plano de repavimentações, a construção da piscina municipal da Moita, a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira, a requalificação da avenida 1º de Maio e da antiga estrada nacional, na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, a requalificação do largo do Descarregador e palacete Condes de Sampayo, em Alhos Vedros, fruto de uma gestão autárquica com visão de futuro, de que ressaltam os enormes investimentos aqui referidos que a CDU lançou, e que no Orçamento e Grandes Opções do Plano já antes aprovados para 2022, indisfarçavelmente, se destacam.

Ressalta agora à vista, nesta primeira revisão ao Orçamento, o reconhecimento do saldo de gerência transitado do ano de 2021, fruto do mandato da CDU, num dos valores mais elevados de sempre, correspondendo a um valor de cerca de seis milhões e meio de euros, contrariando quando diziam que tínhamos deixado sem dinheiro nenhum as contas do município.

A verdade, é que a atual gestão PS procura esconder que recebeu uma autarquia com boa saúde financeira, disponibilidades traduzidas nos dois maiores orçamentos municipais de sempre, o de 2021, e o aprovado neste mandato para 2022, e um vasto conjunto de investimentos em curso, com financiamento aprovado, seja em fundos europeus ou em recursos próprios do município.

Seguindo um guião já muito visto, a gestão PS, apenas procura afirmar-se pelo ataque e pela insinuação caluniosa à CDU e a trabalhadores do município, mostrando a falta de capacidade para assumir as responsabilidades que a população do concelho da Moita lhe confiou nas últimas eleições autárquicas, para fazer melhor ou se quer dar continuidade ao legado da CDU.”

## **2 - Prorrogação do prazo de transferência das competências para o Município no domínio da ação social**

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 09/03/2022:

“O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Recentemente, o Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, alargou o prazo máximo para a concretização da transferência de competências no domínio da ação social, até 1 de janeiro de 2023, tendo o órgão deliberativo, para efeitos de prorrogação, que deliberar a não assunção das competências e o comunicar até ao próximo dia 14 de março de 2022.

O conhecimento pelos municípios dos instrumentos fundamentais para a preparação da assunção de competências no domínio da ação social apenas foi possível após a publicação, em março de 2021, dos instrumentos regulatórios previstos no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e concretizados na Portaria n.º 63/2021, Portaria n.º 64/2021, Portaria n.º 65/2021 e Portaria n.º 66/2021, todas de 17 de março.

Por outro lado, verificou-se ainda uma significativa proximidade entre a publicação da referida regulamentação e realização de eleições autárquicas, em setembro de 2021, o que obstou a uma efetiva assunção de responsabilidades neste domínio.

Tendo em conta a necessidade de garantir o sucesso total de um processo de grande complexidade, no quadro de enorme exigência agravado pela pandemia da doença COVID-19 e a necessidade de assegurar sempre a continuidade e a melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos no âmbito da ação social, a possibilidade de adiamento da transferência de competências no domínio da ação social permitirá ao município a implementação de um processo mais trabalhado, permitindo pensar o modelo de apoio social que melhor se adequa às necessidades do território.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal da Moita, nos termos do disposto da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere favoravelmente:

1. Prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social até 31 de Dezembro de 2022.
2. Sob condição de aprovação do ponto anterior, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a deliberação da reunião de câmara.
3. Sob condição de aprovação dos pontos anteriores, o envio à DGAL da decisão do município relativamente a esta matéria.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Presidente da Câmara que apresentasse a proposta da Câmara Municipal.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Esta proposta que aqui trazem resulta de uma oportunidade que lhes foi dada pelo Governo, no sentido de poderem prorrogar até ao final deste ano, a aceitação das transferências das competências para o município no domínio da ação social. E se, efetivamente, o estado em que lhes deixaram o município fosse tão cor de rosa como alguns querem pintar, os seis milhões de integração do saldo não serviam para, efetivando a gestão que querem executar, dar resposta às lacunas que existem. Aqui aproveitou para lembrar que Salazar também deixou os cofres cheios, o povo é que passava fome.

Por isso, e para que fique bem claro qual foi o legado que lhes deixaram, entre obra e necessidades por realizar, equipamentos que necessitam de ser comprados, buracos na estrada que necessitam ser tapados, entre muitas outras coisas que são necessárias ser feitas, também face à carência de pessoal, neste momento, uma vez que ainda estão a reorganizar os serviços, dotando-os da capacidade necessária, reforçando as pessoas, os meios e os equipamentos necessários, e, ainda assim, todos os dias recebendo uma e outra fatura que não estava contabilizada, acham que é ponderado e avisado, adiar para o final do ano, a aceitação de mais esta competência, competência que queriam aceitar. Que fique claro que queriam aceitar, mas são obrigados, veem-se obrigados a adiar, ainda que contra a sua vontade, e é por isso que trazem aqui, ainda que desta forma, esta proposta.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Disse que ia começar por reproduzir uma afirmação que leu há dias – *“Vamos esperar que o adiamento sirva para pensarmos a forma como vamos receber estas competências”* – proferida pela senhora membro da Assembleia Municipal do Porto, Fernanda Rodrigues, eleita pelo Partido Socialista.

Também quis dizer que, na Assembleia Municipal do Porto e na Câmara Municipal do Porto, o adiamento das competências foi votado por unanimidade, por exemplo, na SIM da região de Coimbra, todos os municípios também contestam o processo e estão a aprovar o adiamento desta transferência de competências, municípios estes que afirmam que as condições que são apresentadas não podem ser aceites, entre vários motivos, porque não são criadas condições iguais para todos os municípios. No Porto, dizem mesmo, sobre a incoerência da posição do Governo sobre a descentralização, que o que está previsto não é uma descentralização, mas uma transferência direta de despesas para os municípios.

Ora nenhum destes municípios está condicionado pela obra da CDU, portanto, todos eles têm tido executivos de outras cores políticas, PSD, CDS, independentes, PS, e vários destes municípios tomaram estas posições, portanto, tudo aquilo que aqui foi dito acerca dos motivos do adiamento desta transferência de competências são tão só uma falácia, mais uma.



**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia intervir, uma vez que a intervenção colocada versou, nitidamente, uma posição política.

**Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Não tendo mais nada a acrescentar, quis só lembrar que os motivos que a Câmara da Moita evoca são os motivos que a Câmara Municipal da Moita e que o executivo da Câmara Municipal evoca. Estão no município da Moita, não estão no município do Porto. Não queiram usar mais nenhum chapéu.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Rui Proença, um do Independente Bruno Mendes.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

**Declaração de Voto da CDU proferida pela Deputada Municipal Tânia Ribeiro**

“A bancada da CDU votou favoravelmente a presente proposta, por considerarmos não estarem reunidas agora, como no passado, as condições para uma efetiva descentralização de competências nas áreas da ação social, mas também nas outras áreas.

Consideramos que este processo de transferência de competências não abrange 23 áreas de intervenção, é alicerçado numa conceção errada, limitadora dos princípios universais plasmados na Constituição da República Portuguesa.

Apenas redesenha uma distribuição de responsabilidades pelos municípios e freguesias, ignorando o nível autárquico regional e o seu papel estruturante.

Mais uma vez, reafirmamos que neste processo de transferência de competências existe um objetivo claro, de não definir, com rigor, a atribuição de competências a transferir, dando não, então, a serem acautelados os meios necessários para a sua concretização, estando apenas a serem transferidos encargos, os problemas, sem qualquer perspetiva de melhoria de resposta pública e as melhorias para as populações.

A transferência de encargos para as autarquias, tal como está apresentada pelo Governo socialista, conhece a desigualdade que existe nas condições técnicas, humanas e orçamentais, a cada um dos municípios portugueses.

A presente, atualmente, resume-se a uma desresponsabilização do Estado central.

Faz parte de uma estratégia meramente economicista para reduzir o investimento público e que conduza a uma crescente desigualdade e assimetria das funções sociais do Estado ao longo do território nacional, ao contrário dos princípios constitucionalmente consagrados.”

**3 - Pedido de certidão da conformidade da intervenção com a estratégia da Área de Reabilitação Urbana para efeitos de benefícios fiscais - isenção de IMI nos termos do artigo 45º e 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Requerente Juliano Paulo César Camacho**

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 23/02/2022:

“Através do requerimento n.º 2319, de 31 de janeiro de 2022, veio o requerente solicitar a emissão de certidão da conformidade da intervenção com a estratégia da Área de Reabilitação Urbana, doravante ARU, para efeitos dos benefícios fiscais previstos nos artigos 45.º, 46.º e 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A Câmara Municipal aprovou, em 6 de março de 2013, o Programa Municipal de Reabilitação Urbana/Moita.2025 (PMRU/Moita.2025), o qual estabelece as bases estratégicas para um programa municipal de reabilitação urbana a desenvolver no Concelho da Moita ao longo dos anos, estabelecendo o ano 2025 como meta para a concretização das ações que venham a ser delineadas como integrantes das várias operações de reabilitação urbana dos aglomerados urbanos do concelho, permitindo disponibilizar incentivos em termos de taxas e benefícios fiscais associados a obras de reabilitação do edificado naquela área.

A 25 de setembro de 2015, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana dos principais aglomerados urbanos de todas as freguesias, áreas essas objeto de uma nova delimitação aprovada por deliberação da Câmara Municipal datada de 13 de fevereiro de 2019, sancionada pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 22 de fevereiro de 2019, tendo sido igualmente aprovados os benefícios fiscais a atribuir em sede de IMI, IMT, IRS e IVA no âmbito da reabilitação do edificado urbano nessas áreas.

Assim, e neste contexto, procedeu-se à análise do pedido em concreto:

1. O imóvel do requerente, sito no Rua dos Marítimos, n.º 21 na freguesia da Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita sob o n.º 5088/20120418, e inscrito na matriz predial urbana sob o art.º6446, situa-se na Área de Reabilitação Urbana da Moita, tendo, na sequência de uma vistoria inicial para verificação do estado de conservação sido classificado como "péssimo", a que corresponde um nível de conservação de 1, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.
2. Na sequência das obras de reabilitação realizadas, foi promovida a vistoria final para verificação do estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação "Excelente" - nível 5, pelo que é cumprido o disposto no ponto i) da alínea a) do n.º 23 do Artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais - "i) Da intervenção resultar um estado de conservação de, pelo menos, dois níveis acima do verificado antes do seu início; (*Redação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro*)”
3. No que respeita ao IMI, considerando uma taxa para 2022 de 0,37% sobre o valor patrimonial atual do imóvel, que de acordo com a avaliação constante na caderneta predial é de € 43.908,90 a isenção de IMI importa uma perda de receita no valor de € 162,50 anuais, totalizando no computo dos 3 anos, € 487,50.

Face ao atrás exposto, proponho que a Câmara municipal delibere:

Atendendo a que o imóvel se situa na Área de Reabilitação Urbana de Alhos Vedros, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de [MI, dedução de despesas em sede de IRS e tributação dos rendimentos prediais à taxa de 5%;

Atendendo a que, em resultado das obras de reabilitação, o imóvel subiu 2 níveis acima do verificado antes do início das obras, conforme já certificado por esta Câmara Municipal em 7 de janeiro de 2022, dando cumprimento ao disposto no n.º 23 do Artigo 71.º do EBF;

1. Aprovar a emissão de certidão para efeitos de benefícios fiscais ao nível do IRS, com a dedução à coleta de 30% do IRS dos encargos suportados com a reabilitação até ao montante de 500 € e tributação reduzida de 5% sobre rendimentos prediais e mais-valias em caso de alienação do imóvel, bem ainda, para efeitos de isenção de IMI por um período de 3 anos.
2. Submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 19 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para posterior comunicação à administração tributária.”

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Presidente da Câmara que apresentasse a proposta da Câmara Municipal.

**Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Esta proposta é similar a outras que têm vindo a ter lugar, primeiro aprovada em sede de reunião da Câmara Municipal e, depois, como está previsto na legislação, vem à Assembleia Municipal, onde os técnicos da Câmara verificaram que, efetivamente, foi feita uma intervenção numa zona ARU, onde a

pessoa tem direito, face à intervenção que fez, à isenção de IMI e de outros impostos que estão assinalados nos benefícios fiscais que estão previstos atribuir pela Câmara Municipal e, por se enquadrar nessa matéria, não tem mais a acrescentar, a não ser que é um sinal que as áreas de reabilitação urbana, onde o edificado está mais degradado, começa a ser intervencionado e requalificado.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.  
Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Rui Proença, um do Independente Bruno Mendes.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Deu por terminada a ordem do dia e pediu à 2ª Secretária para efetuar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

**A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Rui Proença, um do Independente Bruno Mendes.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e cinquenta minutos do dia dezoito de março de 2022.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.